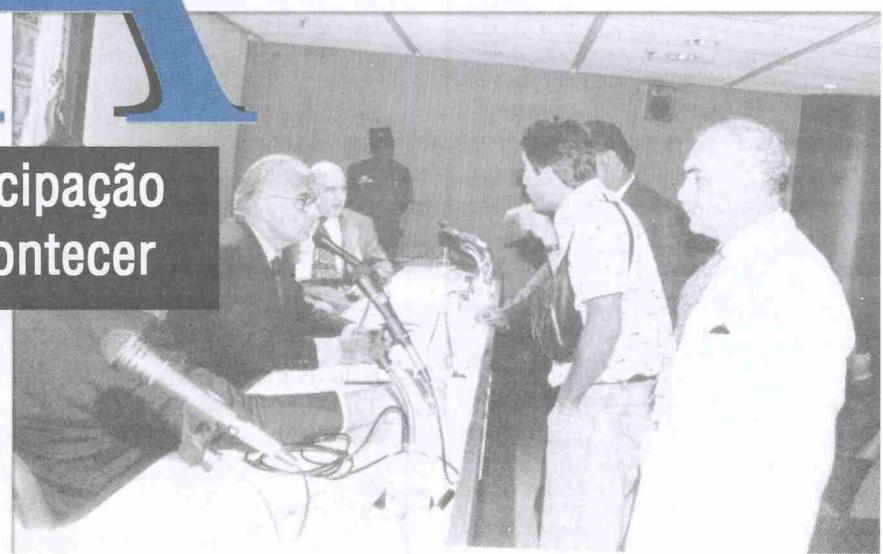
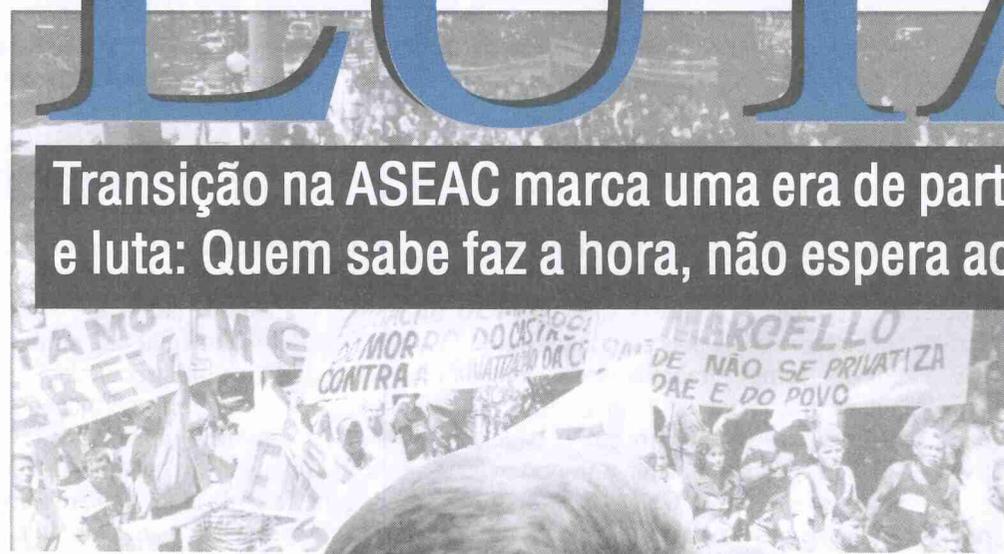
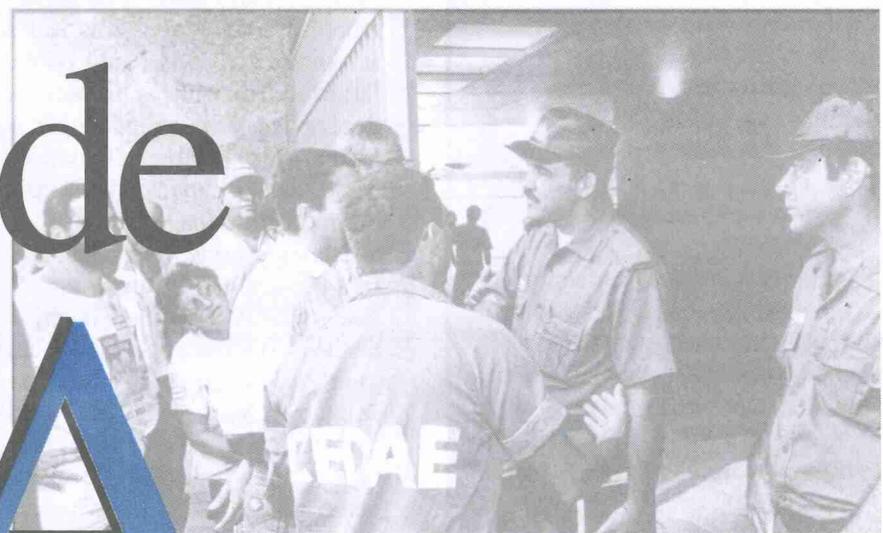


# Oito anos de LUTA

Transição na ASEAC marca uma era de participação e luta: Quem sabe faz a hora, não espera acontecer



# Valeu à pena?

Associação dos Empregados de  
 Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala  
 1004, Centro / Rio de Janeiro - RJ  
 Telefone: 2263-6240  
 Telefax: 2253-7482

E-mail: [aseac@veloxmail.com.br](mailto:aseac@veloxmail.com.br)  
 Home Page: [www.aseac.com.br](http://www.aseac.com.br)

**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**Diretor Executivo**  
 Paulino Cabral da Silva

**Diretor Vice-Presidente**  
 Dario Mondego

**Diretor Administrativo**  
 Flávio de Carvalho Filho

**Diretor Financeiro**  
 Edson Reis da Silva

**Diretor de Comunicação**  
 Claudino Victor R. E. Santo

**Diretor Técnico**  
 Aloysio Ribeiro Filho

**Diretor Social**  
 Antônio Bastos de Oliveira

**Diretor Jurídico**  
 Aloysio Gomes Feital Filho

**Conselho Diretor - 2002/2004**  
**Representante dos Administradores**

Pedro Paulo de Freitas

**Representante dos Advogados**

Sueli Kölling Turano

**Representante dos Analistas**

César Lima da Graça

**Representantes dos Aposentados**

Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego

Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares

Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe

**Representante dos Arquitetos**

Júlio Celso Bragança Gil

**Representante dos Assistentes**

Sociais

Zélia Maria Monteiro Borba

**Representante dos Biólogos**

Evandro Rodrigues de Brito

**Representante dos Contadores**

Sérgio Pereira

**Representante dos Economistas**

Firmino Gustavo Gameleira

**Representantes dos Engenheiros**

Antônio Carlos Alvares Grillo

Flávio José Soares de Moura

Edes Fernandes de Oliveira

Júlio César Oliveira Antunes

Armando Costa V. Junior

Altamir Pereira Nunes

**Representante dos Farmacêuticos**

Armando Costa Vieira

**Representante dos Geólogos**

Egmont Bastos Capucci

**Representante dos Químicos**

Paulo Roberto Correa

**Conselheiros Natos**

Antônio Inácio da Silveira

Walnyr Bitencourt de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do Rego Pinto

Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique Soares de Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

**Conselho Fiscal - 2003/2005**

**Titulares:** Jaime Dutra Noronha,

Ricardo Afonso das Neves Leitão e

Rita de Cássia dos Santos. **Suplentes:**

Márcio de Melo Rocha, Gérson

Pereira Lima Nascimento e Jorge

Rodrigues Leitão.

**Produção e Edição:**

Planin Serviços Editoriais

**Diagramação e Arte**

J. Paulo Eleutério

**Fotos**

Arquivo Planin e ASEAC

**Jornalista Responsável**

Carlos Emiliano Eleutério

MTB: 12.524-RJ

Maio/Junho de 2004

**S** em dúvida, valeu a pena. E mesmo que a nossa luta não tivesse tido êxito, já teria valido à pena. Primeiro pela união e certeza da capacidade de mobilização de profissionais dedicados, que acreditam no saneamento público como fator fundamental para a universalização dos serviços. Em segundo lugar, pela mostra que a CEDAE deu, durante todo o processo, da sua capacidade de recuperação nos momentos mais difíceis.

Mas preservar a companhia sob a esfera pública não foi uma luta fácil. Cheguei à ASEAC, no início da primeira gestão de Dario Mondego, ainda sem mandato na entidade, quando a luta começava a se acirrar. Na ocasião, ele precisava de toda a ajuda e apoio possível para enfrentar as fortes pressões impostas pelo governo Marcello Alencar. Arregacei as mangas e, junto com um grupo de companheiros da Elétrica e de outros setores de Niterói, começamos a trabalhar.

Posteriormente, como diretor de Comunicação da associação, assumi novas responsabilidades. Em plena crise de energia, com apoio dos colegas da Elétrica, criamos o slogan "Hoje você está sem luz. Amanhã, ficará sem água". A mensagem, advertindo sobre o risco da privatização do saneamento, foi rapidamente assimilada pela população e consagrada como um símbolo da luta dos empregados da CEDAE. Tanto que passou a ser usada nas manifestações dos trabalhadores e da sociedade em geral, na Assembléia Legislativa, audiências públicas, assembléias etc.

Devido à aceitação da mensagem, mandamos imprimir plásticos para carros, distribuídos aos funcionários da companhia e à população. Depois, evoluímos para "outdoors", em locais estratégicos, escolhidos por nós, no Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo. E numa iniciativa ainda mais audaciosa, produzimos "bus-door" para ônibus, com o objetivo de intensificar ainda mais a campanha de alerta à sociedade. A aceitação foi imediata, pois a população, já escaldada com os freqüentes apagões após a privatização da Light e da CERJ, precisava ser alertada sobre as conseqüências que poderiam advir, se a CEDAE também fosse transferida à iniciativa privada.

E a luta continuou. Durante todo o processo, como diretor de comunicação e vice-Presidente, acompanhei Dario Mondego em todas as manifestações públicas e nas incursões à Câmara Federal, em Brasília; à ALERJ; às Câmara de Vereadores do Rio e do interior do Estado, tais como Teresópolis, Campos, Magé e outras. Em Niterói, estivemos presentes à frente das trincheiras, junto com os trabalhadores, sindicatos e dirigentes da CEDAE, até o momento final, quando houve



**"A CEDAE é perfeitamente viável. Depende apenas de vontade política para resgatar a importância que sempre teve perante à sociedade. De minha parte, saibam todos que podem contar comigo. E com certeza, com o companheiro Dario, que dedicou momentos importantes de sua vida e de sua família a esta luta maior de todos nós."**

a invasão pela PM. Foi um momento de muita tristeza, que nunca mais se apagará da minha memória e de todos que presenciaram a cena, pois assistimos o local em que sempre trabalhamos ser entregue de graça à iniciativa privada.

Enfim, estivemos presentes onde se fazia necessário mostrar a importância de se preservar a CEDAE na esfera pública e buscar sua eficiência na prestação dos serviços.

Na área administrativa, buscamos o desenvolvimento da ASEAC. Com o apoio da diretoria, conseguimos uma sede nova com aluguel mais barato, mais espaçosa e confortável, para a qual fiz pessoalmente o projeto de reforma e o acompanhamento das obras, sem custos para a entidade, a não ser do material e mão de obra necessários; modernizamos o sistema de informática, com a compra de novos equipamentos e programas; valorizamos nossos funcionários, cuja retaguarda foi fundamental à nossa luta e aos quais agradecemos; mantivemos as atividades sociais, com as tradicionais festas de fim de ano, muito prestigiadas e bem freqüentadas. Mas não perdemos de vista outras lutas, como a preservação da CAC e da PRECE, das quais todos são testemunhas.

Por isso tudo, digo que valeu à pena!

Gostaria de agradecer aos companheiros de diretoria, que nos apoiaram em todos os anos de luta; e do Conselho Diretor, que sempre se fizeram presentes nas ocasiões em que foram solicitados.

À nova Diretoria, nossos votos de sucesso e que mantenha a luta por uma CEDAE mais moderna, mais eficiente. Para isso, é fundamental seu empenho no sentido de viabilizar a contratação dos concursados, a renovação permanente da frota, a compra de equipamentos e materiais de manutenção e, acima de tudo, a conquista de sua autonomia administrativa, de forma que os nossos técnicos e demais trabalhadores possam exercer a competência que já provaram ter em inúmeras ocasiões, livres de interferências políticas.

Somente assim poderemos dar respostas rápidas e de qualidade à sociedade, melhorando a imagem da companhia - a maior empresa do Estado e último estertor de resistência na esfera pública. Mas para continuar sendo orgulho de seus trabalhadores e, principalmente, resgatar a confiança e o respeito da população, precisa atender de fato as expectativas e necessidades dos consumidores.

A CEDAE é perfeitamente viável. Depende apenas de vontade política para resgatar a importância que sempre teve perante à sociedade. De minha parte, saibam todos que podem contar comigo. E com certeza, com o companheiro Dario, que dedicou momentos importantes de sua vida e de sua família a esta luta maior de todos nós.

Mas sem dúvida, valeu à pena!

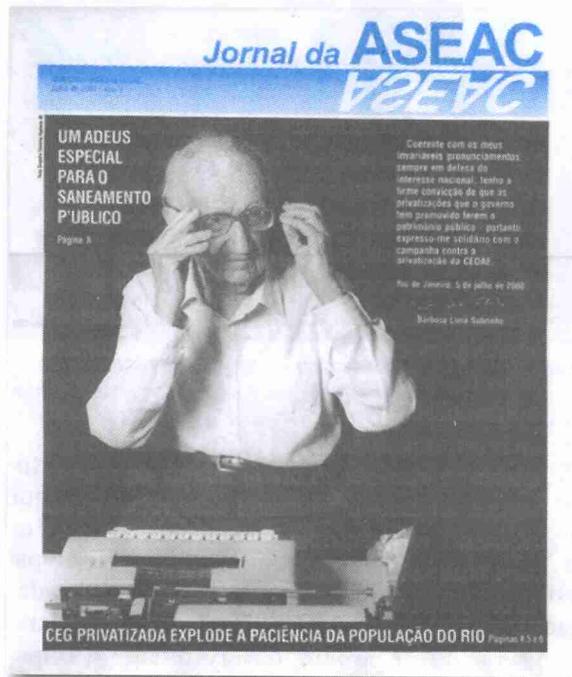
**Paulino Cabral da Silva**  
**Presidente**

# Barbosa Lima Sobrinho

Último bastião se despede, não sem antes transformar a CEDAE num símbolo de resistência da luta contra a privatização do saneamento

Tanto a foto quanto frase acima hoje são parte da história de luta da ASEAC e dos trabalhadores. Seu autor, o lendário jornalista Barbosa Lima Sobrinho, a escreveu pouco antes de morrer, aos 103 anos de idade, manifestando-se contra a privatização da Cedae. O documento histórico sintetizava o sentimento da maioria da nação brasileira, que na época protestava contra a entrega de nossas empresas ao capital internacional. No caso da privatização do saneamento e do sistema hidrelétrico do país, comprometendo a própria soberania nacional.

Daí a importância do documento deixado como legado pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que acabou transformando a Cedae num símbolo de resistência à privatização das



**“Coerente com os meus pronunciamentos sempre em defesa do interesse nacional, tenho a firme convicção de que as privatizações que o governo tem promovido ferem o patrimônio público. Portanto, expresso-me solidário com a campanha contra a privatização da Cedae.”**

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2000  
Barbosa Lima Sobrinho

nossas estatais. Crítico ferrenho do programa de privatização dos governos federal e estaduais, Barbosa Lima Sobrinho jamais se omitiu na luta contra a venda das estatais. Manteve-se sempre fiel à postura nacionalista que marcou sua vida até poucas horas de sua morte, quando, 72 horas antes de ser internado na Casa de Saúde São José, escreveu o depoimento contra as privatizações das empresas brasileiras “que ferem o patrimônio público” e em defesa da Cedae.

Por questão de justiça, lembramos que o documento foi obtido graças ao empenho pessoal do conselheiro Honório Gil, que conseguiu uma audiência com o Dr. Barbosa Lima já enfermo. Naquele encontro, Barbosa Lima Sobrinho fazia sua última e histórica declaração em defesa das estatais e da CEDAE, antes de deixar a vida.

## Gestão financeira

# Austeridade em nome da luta

A atual diretoria se desliga da ASEAC deixando um saldo positivo em caixa para a entidade prosseguir em sua luta, da ordem de cerca de R\$ 200 mil. Segundo o presidente e o atual vice, isso só foi possível conseguir graças à austeridade de que a atual administração impôs aos recursos dos associados, de forma que pudessem chegar ao final de seu mandato com os mesmos recursos que receberam ao tomar posse.

Paulino Cabral e Dario Mondego lembram que, ao longo da luta contra a privatização, a ASEAC ingressou com mais de 50 ações na justiça, graças ao apoio do corpo de associados, que se prontificou a colaborar, inclusive com cotas extras, em algumas ocasiões, para que a entidade pudesse arcar com os custos dos advogados contratados e de

outras ações da diretoria, inclusive viagens a Brasília e ao interior do Estado.

“Tivemos que abrir mão, inclusive, da compra da sede própria da ASEAC para implementar a luta, pois de nada adiantaria ter uma sede própria se a CEDAE fosse entregue ao setor privado”, lembram Paulino e Dario. Segundo eles, os recursos gastos foram totalmente recuperados e inclusive registrados em balanço aprovado em Assembléia pelos associados.

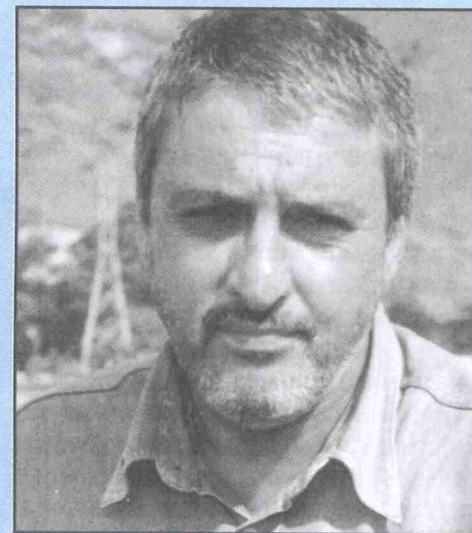
Mas mesmo sem condições de comprar a tão almejada sede própria, a diretoria conseguiu melhorar as instalações oferecidas aos associados, mudando-se para uma sede maior, mais confortável e, mesmo assim, pela metade do preço da anterior. Hoje completamente reformadas e adaptadas para atender aos associados, as instalações têm sido requisitadas para palestras, encontros e reuniões, inclusive pela própria CEDAE.

## Nova diretoria toma posse dia 7

### Flávio Guedes assume ASEAC

Está marcada para o próximo dia 7 de julho, às 20 horas, na sede da ASEAC, a posse da nova diretoria da entidade. O presidente é o engenheiro Flávio Guedes, que tem como vice Pedro Evandro Ferreira, dois velhos companheiros da CEDAE.

A eleição, realizada no dia 30 de junho, confirmou os seguintes nomes: Diretor-Presidente - Flávio Guedes de Medeiros; Diretor Vice-



Presidente - Pedro Evandro Ferreira; Diretor Administrativo - Jorge Haddad Thomaz de Aquino; Diretor Financeiro - Maurício Abramant Guerbatin; Diretor de Comunicação - Maria de Fátima S. Guerbatin; Diretor Técnico -

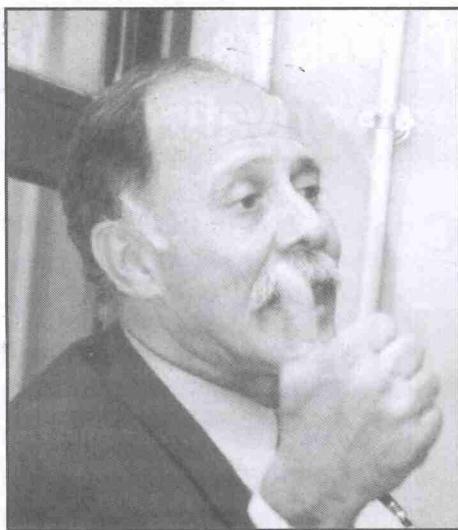
João Benedito Lorenzon Mello; Diretor Social - Márcio Melo Rocha; Diretor Jurídico - Dilayr Benigno dos Santos; Diretor Adjunto - Nelson Martins Portugal.

# A banda boa da política

**N**a sua peregrinação pelos meios políticos, na tentativa de sensibilizar vereadores, deputados estaduais e senadores, a ASEAC encontrou, desde aqueles políticos bem preparados, comprometidos com o avanço social, a meros “parlamentares de plantão”, à espera de uma oportunidade para reforçar seu “curral eleitoral” ou utilizar situações delicadas, a exemplo da CEDAE, como mera moeda de troca.

Dessa forma, é impossível não fazer justiça ao empenho, dedicação, sensibilidade e liderança do então presidente da Alerj, Sérgio Cabral Filho, hoje senador pelo Estado do Rio, que esteve à frente de todas os momentos e decisões importantes da casa legislativa, que impediram a privatização da CEDAE. Entre outros momentos, foi a partir de uma articulação do deputado Sérgio Cabral com Anthony Garotinho, já eleito governador, e a pedido deste que a Assembléia aprovou a retirada da empresa do Programa Estadual de Desestatização. Segundo Sérgio Cabral, a discussão maior não era sobre a venda ou não da Cedae, mas sim sobre o aqodamento de todo o processo: “Não devemos misturar as coisas. A Cedae não pertence ao PSDB mas sim ao povo do Estado do Rio, que elegeu Anthony Garotinho, naquele momento, contrário à privatização da empresa”, justificava.

Foi ele também quem fez o Decre-



*Paulo Ramos: responsável pela criação da Frente em Defesa da CEDAE Pública*

to Legislativo que conteve os ímpetos do secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, e de seu pai, Marcello Alencar, de atropelar a decisão da Alerj de retirar a CEDAE do PED e realizar o leilão de venda da empresa na Bolsa de Valores, dias antes da posse de Garotinho. Aliás, aquela foi a primeira vez, em vários anos, que a Alerj se utilizava desse instrumento contra o Executivo. “E só o fizemos em função da radicalização do filho do governador, que insistia em privatizar a Cedae à revelia da Alerj e da vontade popular, que elegeu Garotinho com a proposta de manter a empresa no setor público”, afirmava Sérgio Cabral, ameaçando entrar com um mandado de segurança no STF, caso o executivo insistisse na operação.



*Sérgio Cabral conteve várias investidas do Executivo para tentar privatizar a companhia*

Outra atuação memorável do atual senador se deu na ocasião em que o governador Garotinho, no final de seu mandato, tentou incorporar ao patrimônio do Rio Previdência 40% das ações da CEDAE em poder do Estado. O deputado Sérgio Cabral impediu a tramitação e aprovação do projeto de lei nº 2878, de 26 de fevereiro. Procurado pela ASEAC e pelos trabalhadores da CEDAE, o parlamentar se dispôs a falar pessoalmente com o governador e, rapidamente, mobilizou o líder do governo, deputado José Távora (PSB), para que intervisse junto a Garotinho para que este desistisse da mensagem.

Como senador, o ex-deputado fluminense, em mensagem à ASEAC, já colocou seu mandato, em Brasília,

à disposição da causa dos empregados da CEDAE.

Outros parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado também merecem nosso reconhecimento, mas como não podemos citar todos, fica nossa homenagem na figura de Sérgio Cabral.

## Brasília

Em Brasília, a receptividade não foi diferente e prevaleceu a seriedade de muitos políticos e dos representantes do Supremo Tribunal Federal, junto aos quais a ASEAC procurou apoio sistematicamente. Nessa peregrinação, o então presidente Dario Mondego e o vice, Paulino Cabral, estiveram pessoalmente com o relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs), ministro Maurício Corrêa; e com o próprio presidente do Supremo.

Outro contato fundamental para a luta foi com o senador Josaphá Marinho e até com o senador Antônio Carlos Magalhães, presidente do Senado, na época onde a ASEAC também foi buscar apoio contra a decisão de FHC que transferia a titularidade dos serviços para os estados, através de um projeto do senador licenciado e então ministro da Saúde, José Serra (PSDB-SP).

Mas a ASEAC recebeu o apoio de inúmeros deputados federais e senadores, que também apoiaram a luta contra a privatização de forma irrestrita e cuja identidade com a causa da CEDAE é reconhecida por todos os trabalhadores da empresa.

## ASEAC intervém em defesa da CAC

A ASEAC acompanhou de perto também as medidas tomadas pela direção da CEDAE, no final de 2002, para recuperar a CAC Saúde, levando seu apoio incondicional à nova diretoria que assumiu o plano de saúde dos trabalhadores da empresa com essa incumbência. Na gestão de Paulo César Quintanilha, durante o governo Benedita, foi elaborado um diagnóstico da CAC, que vinha sofrendo déficits mensais e acumulativos, e propostas várias mudanças para sanear o plano de saúde.

Posteriormente, com a mudança de governo e também da diretoria da CAC, tais propostas não chegaram a ser implementadas, e a situação se complicou. A direção da ASEAC chegou a promover um debate, já na ges-



*Paulino Cabral, junto com o diretor financeiro, Edson Reis, levou ao então presidente da CAC, Paulo César Quintanilha, as preocupações e o apoio da ASEAC*

tão do atual governo, para um exame conjunto de medidas concretas para livrar o plano de saúde da insolvência. E diante de uma série de denúncias de irregularidades contra os administradores do plano, acabou apoiando a luta dos empregados da CAC e da

CEDAE, que exigiram a substituição do presidente, Thélío Bogado, e dos demais diretores pelos atuais.

## Intervenção na PRECE

A ASEAC entrou forte também no episódio da intervenção do governo federal na PRECE - fundo de previdência complementar dos trabalhadores da CEDAE, decretada no dia 8 de março, sob a alegação de que a empresa devia R\$ 225 milhões ao fundo de pensão. Além de precipitada, a intervenção federal na Prece foi interpretada pelo então presidente da Aseac, Dario Mondego, como mais uma manobra do governo FHC para tentar afetar a credibilidade da Cedae e da Prece e, com isso, obter apoio da opinião pública ao projeto de privatização das companhias estaduais de saneamento, entre as quais a do Rio de Janeiro.

# Reescrevendo a história

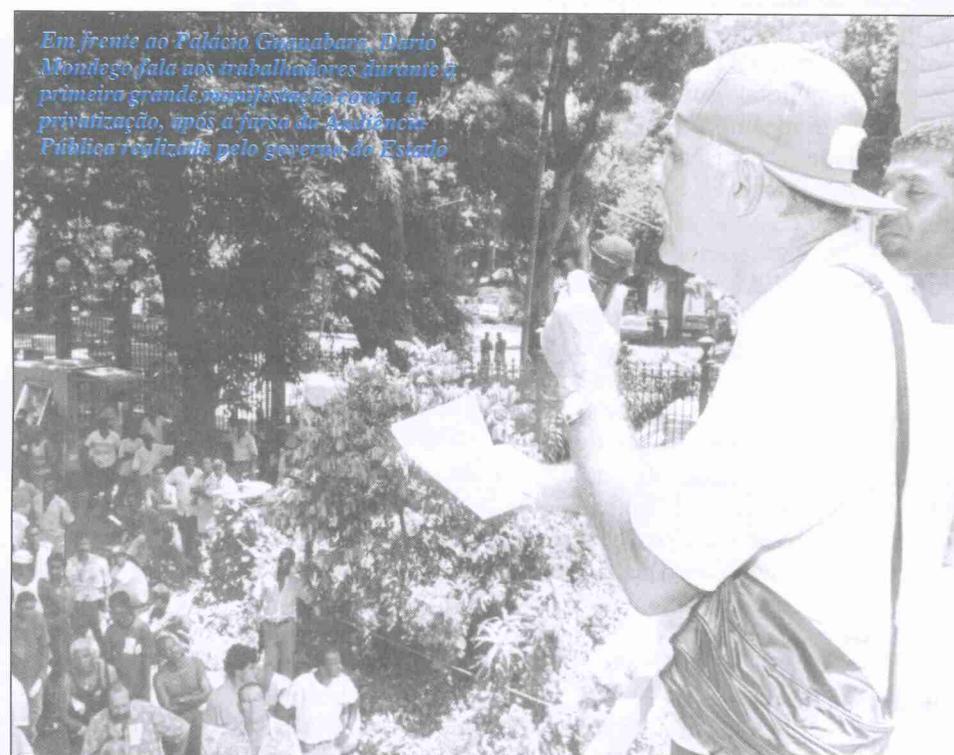
Sol, chuva, de gravata ou de boné, o importante é acreditar na luta. Um guerreiro só está derrotado quando desiste de lutar.

Com a promessa de lutar contra o processo de esfacelamento da CEDAE, promovido pelo então governador Marcello Alencar (1995/98), na tentativa de transferir a empresa para o setor privado, tomava posse na presidência da ASEAC, em agosto de 1996, o administrador de empresas Dario Mondego: Era a primeira vez que um empregado de nível universitário não engenheiro assumia o comando da entidade. Depois de dois anos de muita luta e mobilização, vencida a primeira batalha para impedir a venda da empresa, Mondego foi reconduzido à presidência, para o biênio 1998/2000.

Na cerimônia de posse, bastante concorrida e comemorada, o presidente da entidade fez um emocionado discurso em defesa da CEDAE e da preservação do saneamento na esfera pública e conclamou os técnicos da Companhia a se unirem à Aseac nessa luta. A luta que se travaria a partir daí entrou para a história dos empregados da CEDAE e da ASEAC, cujo espírito de liderança foi fundamental para unir forças e enfrentar as pressões dos governos municipal, estadual e federal, impedindo a privatização da companhia e mantendo o seu caráter público, em nome da sociedade fluminense.

Primeiro foi a luta contra a privatização da CEDAE dentro do Governo Marcello Alencar, iniciada em 1998. Nessa fase, a ASEAC preparou uma proposta de um novo modelo de gestão para a CEDAE, buscou novos aliados para a etapa seguinte e iniciou o trabalho de subsidiar o Poder Judiciário, não somente com informações de caráter jurídico, mas também com dados mostrando os interesses sociais, políticos e econômico-financeiros em jogo.

A batalha contra o projeto de privatização do governo Marcello Alencar reuniu aliados importantes, conquistados a custo de muito empenho pessoal dos diretores e viagens intermináveis ao interior do Estado. Assim, foi possível obter o apoio das prefeituras do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e de Campos; de alguns desembargadores do Tribunal de Justiça; deputados estaduais; vereadores e representativas entidades de classe e da sociedade civil organizada. Papel decisivo desempenhou, também, naquela ocasião, a posição contrária à privatização dos dois candidatos ao Go-



Em frente ao Palácio Guanabara, Dario Mondego fala aos trabalhadores durante a primeira grande manifestação contra a privatização, após a farsa da Audiência Pública realizada pelo governo do Estado

verno do Estado que detinham mais de 30% das intenções de votos – Anthony Garotinho e César Maia. Foi uma luta árdua, na qual os trabalhadores contaram os dias para o fim do governo Marcello Alencar.

Mas o aqodamento e o enfoque egoísta do projeto de privatização do governo Marcello Alencar, além de suas imperfeições, possibilitaram algumas vitórias importantes na área do Poder Judiciário. Ao mesmo tempo, a ação das entidades de todo o Brasil ligadas ao saneamento, inclusive da ASEAC, redundou no parecer do senador Josaphá Marinho, relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, que pôs a questão do poder concedente nas Regiões Metropolitanas sob a ótica da decisão conjunta do estado e dos municípios. Paralelamente, no Supremo Tribunal Federal (STF) tramitavam três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) argüindo a Lei Complementar 087/97, que dava sustentação ao projeto de privatização do governo estadual.

Toda essa luta foi desenvolvida em processo crescente de participação e de unidade dos trabalhadores da CEDAE. Foi essa unidade que permitiu ganhar o apoio de expressiva parcela da população, apesar das campanhas milionárias feitas na mídia denegrindo a imagem da CEDAE e de seus trabalhadores para

justificar o processo de privatização da empresa. Depois das eleições de outubro de 1998, a posição inicial coerente do governador eleito Anthony Garotinho foi fator determinante para derrotar o projeto de privatização da CEDAE. Mas inexplicavelmente, ele mudaria de posição depois da posse, exigindo mais luta e mais mobilização.

Todo esse processo, no entanto, contribuiu para o avanço e amadurecimento da ASEAC. Não apenas do ponto de vista político, mas também no âmbito institucional, administrativo e econômico-financeiro. De uma sede "apertada" no sexto andar do mesmo prédio, hoje os associados dispõem de instalações mais amplas e bem equipadas. O sistema de informação também evoluiu: além do "ASEAC Urgente" e do Jornal regular, a ASEAC têm uma página na Internet, que disponibiliza informações variadas a todos que militam na área de Saneamento Básico.

Agora, depois de oito anos à frente da entidade liderando a luta, Dario Mondego e o atual presidente, engenheiro Paulino Cabral da Silva, decidiram deixar a diretoria, para dar lugar a outros companheiros. Dario, com três mandatos consecutivos como presidente e um como vice, na atual gestão de Paulino, que foi diretor, vice-presidente por duas vezes e presidente da entidade.



Através desta edição, que conta um pouco da história que foi escrita por todos os empregados da empresa, a diretoria da entidade presta uma homenagem a Dario e Paulino - dois incansáveis lutadores em defesa da CEDAE pública e da qualidade dos serviços prestados pela companhia.

## Oito Anos de Luta

O Governo Marcello Alencar talvez tenha sido o pior pesadelo que os empregados da CEDAE já enfrentaram, desde a fundação da companhia. Depois de privatizar praticamente todas as empresas públicas do Estado do Rio de Janeiro, o governador, através de seu filho-secretário de Planejamento, Marco Antônio Alencar, voltou suas baterias contra a CEDAE. Durante quatro anos de seu mandato, usou todas as armas de que dispunha para tentar desmontar a empresa, sucateá-la e, assim, justificar a transferência ao setor privado da maior companhia do Estado. Só não contava esbarrar na determinação dos dirigentes e sócios da ASEAC, que, junto com outras entidades e os trabalhadores da CEDAE, não pouparam esforços para defender o patrimônio da sociedade fluminense.

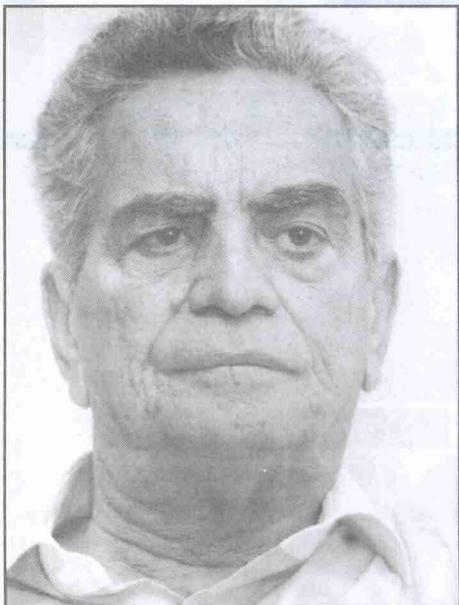
Foram anos de muita mobilização, que

começou a se intensificar a partir de agosto de 1998, quando o governador decidiu “atropelar” a Justiça e anunciou o edital de licitação para a venda da empresa. A decisão era uma afronta ao Tribunal de Justiça do Estado, que concedera, dias antes, uma liminar à Prefeitura do Rio de Janeiro, suspendendo os efeitos da Lei 87/97 (lei que atribuiu a titularidade dos serviços de saneamento ao Estado), até o julgamento do mérito da ação contrária, movida pela prefeitura, e das ADINs que tramitavam no Supremo Tribunal Federal (ações de inconstitucionalidade) impetradas pelo PT, PDT e até mesmo pelo PFL.

Na verdade, a decisão do governador foi o estopim que faltava para detonar o processo de luta que se instalou a partir daí. Segundo vários juristas consultados pela ASEAC à época, a atitude era ilegal e imoral e feria frontalmente a decisão do Tribunal de Justiça do Rio, além de representar um flagrante desrespeito à Justiça, uma vez que o STF não julgara ainda as três ADINs que exigiam respeito à Constituição, na qual a titularidade dos serviços de saneamento era outorgada aos municípios. Já naquela época, a ASEAC defendia a gestão compartilhada entre estado e municípios nos serviços de saneamento.

### Pronta reação

A resposta dos técnicos da ASEAC veio rapidamente. Depois de elaborar um exame técnico do conteúdo do edital, a entidade entrou na Justiça solicitando o cancelamento do leilão da empresa, marcado para o dia 9 de outubro, patrocinando uma ação do sindicato dos Urbanitários. O argumento era claro: as condições da transferência da empresa ao setor privado não faziam qualquer referência à necessidade de obras urgentes no sistema Guandu, que deveriam ser assumidas pela nova concessionária e que exigiam investimen-



Marcello Alencar tentou privatizar a CEDAE a qualquer custo, mas encontrou forte resistência



Marco Aurélio Alencar, filho e secretário de Fazenda, ao anunciar o edital: começa o pesadelo

# Luta política n incansável e

# CEI

tos vultosos, de forma a impedir um colapso no sistema de abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da cidade de Nilópolis.

A medida, proposta à Vara de Fazenda Pública através de Ação Cautelar pelo advogado Marcelo Cerqueira, era apenas uma das oito ações que a Aseac patrocinou na ocasião, para fazer Justiça contra as arbitrariedades do governo do Estado, resultando no adiamento do leilão. A mobilização gerou outras reações: o Tribunal de Contas do Estado (TCE) também considerou ilegal o edital e mandou cancelar o leilão, através do qual o Estado pretendia passar à iniciativa privada 99,99% das ações da Companhia. Depois foi a vez da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que suspendeu o leilão, acatando pedido do TCE.

A decisão de cancelar o leilão foi comunicada oficialmente à Aseac pela CVM no dia 25 de setembro, depois que uma comissão formada por diretores da entidade e do Sindicato dos Urbanitários fez, na condição de acionistas da CEDAE, uma consulta formal ao Órgão.

### Reação em Cadeia

A partir da decisão do Tribunal de Contas, a luta ganhou ainda mais força. Acionadas pela ASEAC, diversas associações de moradores, entidades técnicas e representativas dos trabalhadores, políticos e até empresários decidiram protestar de maneira mais incisiva contra a forma com que o governo vinha tentando vender a concessionária estadual.

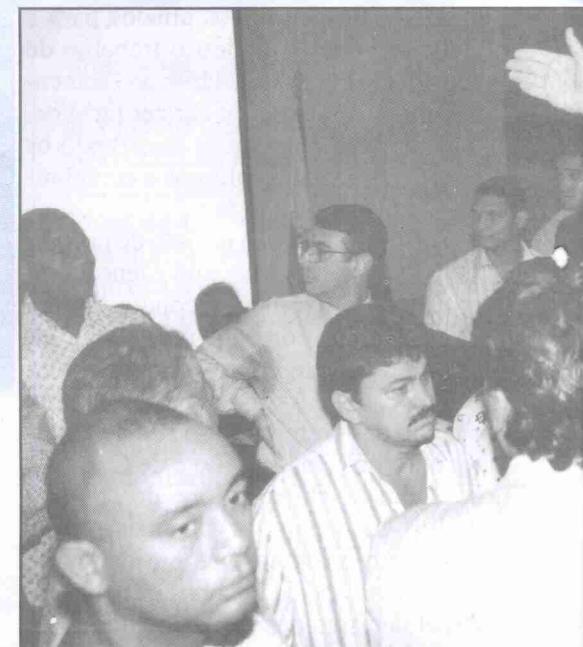
Assim, a suspensão do leilão da CEDAE não chegou a surpreender a direção da Aseac. O então presidente, Dario Mondego, e o vice-Presidente, Paulino Cabral da Silva, condenaram a insistência do governo, que classificaram como “uma demonstração de autocracia do Estado e de falta de respeito às

leis. Além disso, estávamos às vésperas de uma eleição, na qual os dois candidatos que lideravam as pesquisas – Garotinho e César Maia – já haviam se manifestado contrários à venda da CEDAE” e, de sobra, o edital estava repleto de erros técnicos e ilegalidades.

### Decreto Legislativo

Mas a luta da ASEAC e dos empregados da CEDAE só viria a ser coroada a menos de 40 dias da posse do governador eleito, Anthony Garotinho, com a edição de um Decreto Legislativo pela ALERJ, que dividiu o próprio partido do governador Marcello Alencar – o PSDB.

Depois de uma articulação, acompanhada de perto pelos dirigentes da ASEAC, entre partidos, foi aprovado, pela Alerj, um projeto de lei que retirava a empresa do Programa Estadual de Desestatização (PED). Mas como o governo do Estado resolveu ignorar a decisão, no dia 19 de novembro a Mesa Diretora da Assembléia



Na primeira “audiência pública”, dentro do Palácio Guanabara

# marca a gestão em defesa da DAE

editou um Decreto Legislativo, impedindo o leilão da CEDAE, marcado para 30 de novembro daquela fatídico 1998. Os empregados da CEDAE, dirigentes da ASEAC e sindicalistas, unidos, lotaram as galerias da Alerj, para acompanhar a votação.

## Governo ignora STF

Mas nem assim, o governador Marcello Alencar desistiu. E, em mais uma "trapalhada jurídica", lançou um novo Edital de privatização da CEDAE, marcando o leilão para o dia 30 de novembro, a um mês da posse do governador eleito, Anthony Garotinho. A atitude, entre outras coisas, ignorava a liminar dada ao TCE pelo Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo o leilão da CEDAE, além de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) movidas pelo PDT, PFL, PT e PPS (as duas últimas intermediadas pela Aseac) contra a lei complementar 087/97, em análise no STF.

No Tribunal de Contas, a atitude do secretário de Fazenda também provocou constrangimentos entre os conselheiros, que mantiveram sua posição contra a privatização da CEDAE, sinalizando que não iriam aprovar o novo edital, feito às pressas pelo Programa Estadual de Desestatização.

## Leilão vira fiasco

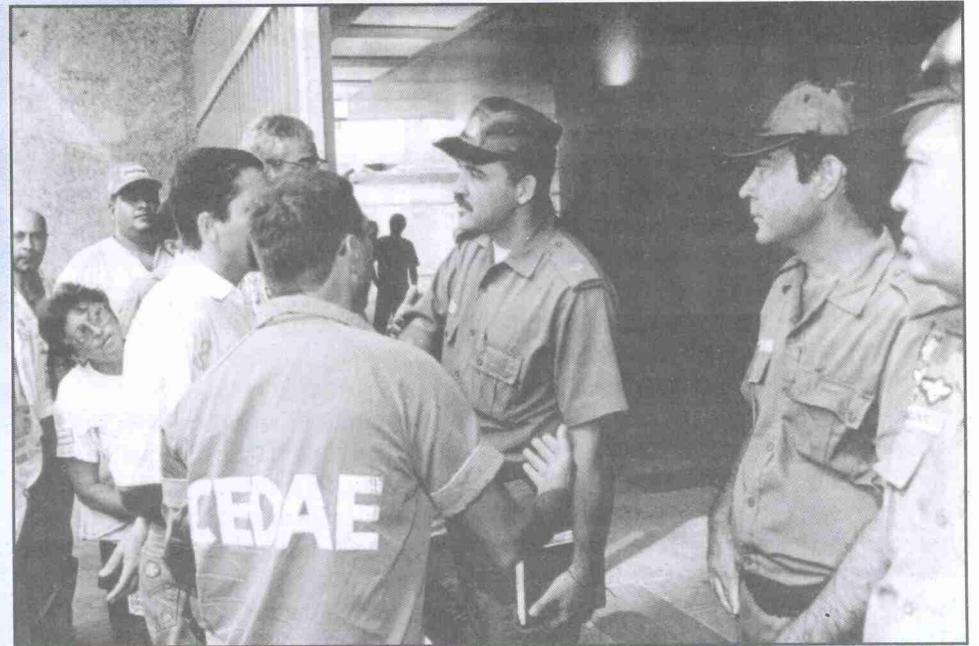
Apesar da "inexplicável" corrida contra o tempo do secretário Marco Aurélio Alencar para privatizar a CEDAE, o leilão de venda das ações da Companhia, marcado para às 10h do dia 30 de novembro, na sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, não se realizou. E, devido, mais uma vez, a uma série de irregularidades no edital, a Justiça suspendeu novamente a operação.

Foi um dia tenso. Logo cedo, o presidente da ASEAC e outros diretores se deslocaram para a Praça XV, cercada desde a véspera por grades de cerca de dois metros, por ordem do governo do Estado, para impedir manifestações da sociedade e de trabalhadores. Apesar do circo montado pelo secretário de Fazenda, o desembargador Gamaliel Quinto, da 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio (TJ), suspendeu o processo de privatização.

Concomitantemente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também tomou a iniciativa de suspender o leilão, porque o governo do Estado não cumpriu exigências para o registro das ações da CEDAE, condição indispensável para a venda de ações de esta-tais de capital aberto.

## Tensão e expectativa

Tão logo o comunicado se tornou público, um clima de "alívio" se instalou entre centenas de trabalhadores, que paralisaram as atividades não essenciais



Agindo à revelia da Justiça, governo transformou a luta contra a privatização em caso de polícia

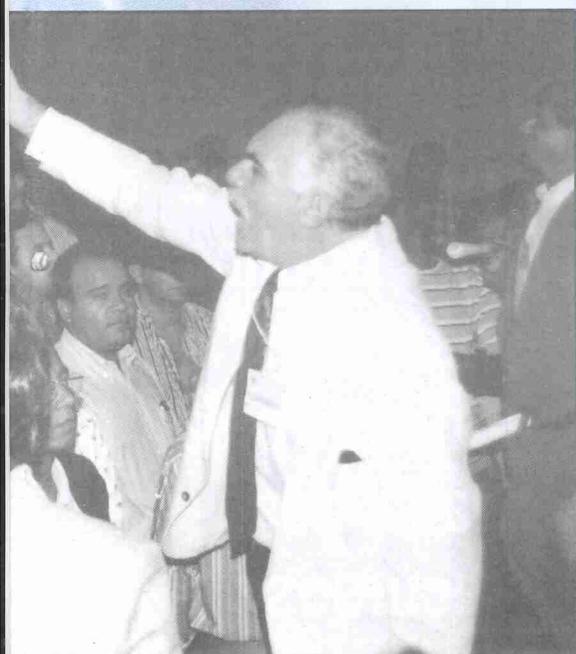
ais da empresa e se concentraram na porta da Alerj, para aguardar o desfecho da seqüência de "trapalhadas" do governo do Estado.

Pouco antes da suspensão do leilão, a direção da Aseac já se encontrava no gabinete da deputada Graça Mattos, pois naquele dia estava sendo publicada uma errata, retirando o patrimônio da Companhia em Niterói do Edital, o que alterou itens importantes e, portanto, exigiria a republicação e mais 15 dias de prazo para um novo leilão. A Aseac acionou, então, o advogado e jurista Marcelo Cerqueira que ingressou com uma nova ação na Justiça, interpelando o PED. O clima de tensão durou 11 horas e só se desfez por volta das 18h, depois que o presidente da Aseac, Dário Mondego, conseguiu a informação de que o presidente do STF, Celso de Mello, havia concedido um despacho considerando constitucional o decreto legislativo da Alerj, que impedia a venda da CEDAE, cas-

sando a liminar, concedida pelo desembargador Celso Guedes, do Tribunal de Justiça, que autorizara a realização do leilão. A decisão, que só poderia ser derrubada pelo plenário do STF, foi festejada pelos trabalhadores e deputados.

## A Festa da vitória

Na verdade, a derrubada, por 57 votos a sete, do veto do governador ao projeto da Assembléia Legislativa que retirava a CEDAE do PED virou uma grande festa. O presidente e demais diretores da ASEAC comemoraram com trabalhadores, deputados e representantes da sociedade civil organizada, no dia 3 de dezembro (data da votação na Alerj), em frente ao prédio da Assembléia Legislativa, promovendo o enterro simbólico de Marcello e de seu filho Marco Aurélio Alencar. A decisão foi publicada no Diário Oficial do dia 7 de dezembro, na forma da Lei 3.125, decretada pela Alerj e promulgada pelo próprio chefe do Executivo estadual.



abara, população ficou de fora sob protestos da ASEAC



Nunca se viu tanta comemoração num funeral: eram os trabalhadores da CEDAE fazendo o enterro simbólico do governador Marcello Alencar e de seu filho-secretário, em frente à Alerj

# Governo Garotinho

1999: vencida a era Marcello Alencar, os fantasmas voltam a assombrar

**D**epois de enfrentar as turbulências do governo Marcello Alencar, a eleição de Garotinho, diante de suas posições na campanha favoráveis à CEDAE pública, soava como uma arpa aos ouvidos dos trabalhadores e da sociedade. O presidente da ASEAC, Dario Mondego, e o vice, Paulino Cabral da Silva, trataram logo de articular com os técnicos e demais diretores uma análise cuidadosa sobre a difícil situação da CEDAE, para, a partir daí, formular e encaminhar ao novo governador uma proposta de modelo de gestão, que pudesse resgatar o papel de liderança que a Companhia sempre exerceu no setor de saneamento básico.

O documento foi apresentado ao novo presidente da CEDAE nomeado, Marcos Montenegro, durante reunião mantida com a direção da Aseac, na sede da entidade, no dia 22 de dezembro, quando Montenegro foi ouvir as propostas dos técnicos destinadas a reestruturar a Companhia. Aliás, aquela foi a primeira vez que um presidente da CEDAE visitou a Aseac antes de ser empossado, para conversar com técnicos e ouvir suas sugestões. Durante o encontro, Marcos Montenegro aproveitou a oportunidade para elogiar a postura da Aseac no esforço que impediu a privatização da CEDAE.

## Ressurge a luta

Mas a aparente paz restaurada com a mudança de governo logo voltou a ser abalada por uma decisão do então prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira. Valendo-se de um acordo assinado no último dia do governo Marcello Alencar entre o Estado e o Município de Niterói, ele tentou assumir os serviços de saneamento em sua cidade. Essa atitude viria a mobilizar novamente a ASEAC e a CEDAE, dando um novo ritmo à luta contra a privatização da companhia.

Desde o fim de janeiro de 1999, a Prefeitura de Niterói vinha tentando impor o convênio assinado entre o Estado, o Município, a CEDAE e a concessionária privada Águas de Niterói, mas encontrava a resistência dos trabalhadores e da própria direção da empresa.

A iniciativa do prefeito Jorge Roberto Silveira, que na ocasião também era do mesmo partido do governador Anthony Garotinho - PDT - provocou uma imediata reação da Aseac e dos trabalhadores da empresa. No dia 5 de fevereiro, uma

reunião de várias entidades de trabalhadores e da sociedade civil decidiu montar um programa de resistência às ameaças da prefeitura de invadir a sede da SURLE. Além de uma grande manifestação, em Niterói, foi distribuída uma carta aberta à população, mostrando os riscos que a privatização traria para o abastecimento de água.

Através do advogado e jurista Marcelo Cerqueira, a Aseac e o sindicato de trabalhadores de Niterói entraram com uma ação na Justiça, solicitando o cancelamento do convênio assinado pelo ex-governador Marcello Alencar e pelo prefeito de Niterói, no qual ele se baseava para tentar a transferência da CEDAE à concessionária Águas de Niterói. A direção da ASEAC promoveu ainda encontro com as comunidades e publicou uma série de matérias e artigos mostrando o risco de se fragmentar sistemas integrados como o de Niterói. Mas todo o esforço foi inútil. Sem o apoio do governo do Estado, que cruzou os braços às investidas físicas e jurídicas da prefeitura de Niterói contra a companhia, a CEDAE acabou invadida com apoio da própria polícia do governador - a PM - pela empresa Águas de Niterói, que assumiu os serviços à força.

## Teresópolis acirra a luta

Mas a pressão vinha como um turbilhão de todos os lados. E nem bem se refez dessa briga, a ASEAC já se via forçada a entrar em outra. Em meados de 1999, o então prefeito de Teresópolis, Mário Tricano, aprovou na Câmara de Vereadores local uma mensagem transferindo ao Executivo os serviços de abastecimento de água operados pela

CEDAE. Em conjunto com os sindicatos dos Trabalhadores, dos Engenheiros, CREA e outras entidades, a ASEAC conseguiu, depois de um longo processo de negociação com a sociedade local, líderes empresariais, políticos e técnicos da área de saneamento básico, pressionar e sensibilizar o prefeito Mário Tricano. Isso impediu que a proposta de municipalização se convertesse em uma nova privatização dos serviços, que permanecem até hoje sob controle da CEDAE.

## Campos vira caso de polícia

A luta da ASEAC se estendeu também ao norte do Estado, onde a disputa pelo saneamento no município de Campos virou caso de polícia. Apesar da forte resistência da ASEAC e dos trabalhadores, a empresa Águas do Paraíba, vencedora de uma licitação considerada irregular e na época "sub-judice", resolveu assumir os serviços de saneamento no município na marra. Isto, depois que, estranhamente, a Procuradoria do Estado e do município de Campos deixaram correr "à revelia" o processo que contestava na Justiça a licitação.

Durante vários dias o clima ficou pesado em Campos, com os trabalhadores da CEDAE fazendo vigília para não entregar a empresa à vencedora da licitação, realizada em março de 1996 pelo então prefeito Sérgio Mendes - expulso do partido pelo governador Garotinho, que na ocasião, não concordou com a proposta de privatização da CEDAE no município. O presidente do Sindicato de Campos, Hélio Anomal, teve que se atracar com um segurança armado, que chegou a disparar tiros durante uma manifestação contra a invasão da CEDAE.

*Anthony Garotinho teve importante participação na derrubada das propostas de Marcello Alencar, mas depois mudou de opinião*



As instalações da CEDAE em Niterói foram invadidas pela Águas de Niterói, com ajuda da PM

As promessas de preservar a CEDAE pública acabaram sacudidas pela falta de recursos

# FRENTE EM DEFESA DA CEDAE

Garotinho entra no jogo da privatização mas ASEAC e trabalhadores impedem o negócio

**N**ecessitada de um plano emergencial que devolvesse sua importância estratégica para a sociedade e contivesse de uma vez às pressões e propostas de privatização condenadas na campanha pelo candidato Anthony Garotinho, a CEDAE, no entanto, permaneceu inerte.

Com sua arrecadação e os recursos do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara misturados no caixa único da secretaria estadual de Fazenda, a empresa não conseguiu deslanchar no novo governo. Refém da coligação de partidos que o elegeram e às voltas com um estado falido, Garotinho vivia a "tentação" de obter recursos através do BNDES ou de organismos internacionais. Paralelamente, aumentava a pressão de várias prefeituras para acabar com o convênio com a CEDAE, de forma a privatizar os serviços em seus municípios, aumentando o risco de fatiamento da empresa, como já ocorria em Campos, Niterói e Teresópolis.

Após a queda de Marcos Montenegro da presidência, voltaram as pressões pela privatização, e a CEDAE passou a sofrer uma intensa disputa interna por cargos. Temendo que isto pudesse fragilizar ainda mais a empresa e viabilizar sua transferência ao setor privado, o presidente da ASEAC e o vice procuraram um grupo de parlamentares identificados com a causa dos trabalhadores e começaram a articular a criação de uma Frente Parlamentar suprapartidária em defesa da CEDAE pública.

A proposta ganhou forma através do deputado Paulo Ramos (PDT), depois que a ASEAC se mobilizou diante das notícias de que o governador Anthony Garotinho estaria negociando a entrega dos serviços da CEDAE na Barra, Recreio e Jacarepaguá ao então prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, dentro de um pacote, que envolveria, entre outras questões, a municipalização de hospitais estaduais. Mas o que acabou sensibilizando os parlamentares foi uma carta que o presidente da Aseac, Dario Mondego, e o vice, Paulino Cabral, entregaram a vários deputados ligados ao governo, entre os quais o presidente da Alerj, Sérgio Cabral; a líder do PDT, Graça Mattos; José Távora; Cidinha Campos e ao próprio Paulo Ramos, na qual a Associação explicava os riscos da entrega à Prefeitura dos serviços executados pela CEDAE naqueles bairros.

A criação da Frente Parlamentar foi aprovada por 26 votos a favor, no dia 26 de junho, na Alerj. Proposta com base em ar-



Ação intensa na Alerj gerou o posicionamento contrário ao projeto de privatização de Garotinho

gumentos da Aseac, a decisão dos parlamentares criou um importante instrumento suprapartidário de preservação da gestão pública do saneamento básico no Rio de Janeiro, impedindo a privatização, extinção ou fatiamento da Companhia por mera vontade de governantes ou de políticos menos identificados com as questões sociais. Muito comemorada pela direção da Aseac, a Frente instituiu uma Bancada Parlamentar para defender a Companhia, o que significava que qualquer tentativa de privatizar a CEDAE passaria a exigir prévia discussão, votação e aprovação de lei específica pela Alerj, nos termos da Constituição Estadual. A ação da ASEAC e dos trabalhadores acabou gerando também a criação de uma CPI para apurar irregularidades na privatização da CEDAE. O presidente da Aseac, Dario Mondego, desempenhou a função de assessor especial da CPI, a convite do presidente da Comissão, deputado Henry Charles, para explicar aos parlamentares os riscos que a privatização do saneamento representa para a saúde da população. O objetivo da Alerj e da CPI era esclarecer o motivo da mudança de comportamento do governador, que se comprometera a usar os recursos arrecadados pela empresa para aumentar e melhorar o atendimento à população carente.

## Lei garante direitos da população

Foi a mobilização da ASEAC que também sensibilizou os partidos políticos do Estado para aprovar, por aclamação, o projeto de lei 173/99, da deputada Solange Amaral (PFL), que impedia a privatização do saneamento no Rio de Janeiro.

O projeto de lei regulamentou um artigo da Constituição Estadual, estabelecendo que a execução das atividades de saneamento

básico é de competência exclusiva e de responsabilidade intransferível do governo do Estado do Rio de Janeiro. Votado em regime de urgência, o projeto foi aprovado por aclamação, na presença de técnicos da CEDAE e da diretoria da Aseac, que assessoraram os parlamentares.

Mas a iniciativa da Alerj esbarrou numa surpresa: a vice-governadora Benedita da Silva, do PT, na condição de governadora em exercício, decidiu vetar o projeto. O veto pessoal da companheira "Bené" ao projeto 173/99 não agradou em nada ao PT, na época totalmente contrário à privatização da empresa, pois abria caminhos para que o governador colocasse em prática sua intenção de vender a CEDAE, deixando a ASEAC e os trabalhadores alertas.

## Mobilização se intensifica

E não era sem razão. O redesenho da estrutura da Cedae feito pelo governo Ga-

rotinho no início de 2000 demonstrava as intenções claras de preparar a empresa para operar exclusivamente como uma produtora de água. A ASEAC logo protestou, denunciando que, através da reestruturação proposta, ficavam evidentes os objetivos de fatar o saneamento no Rio de Janeiro, privatizando a distribuição do abastecimento: "E o mais triste é que a Cedae produtora de água já nascia falida, vendendo o metro cúbico da água a R\$ 0,14 para a empresa privada Águas de Niterói", quando o custo médio deste mesmo metro cúbico em todo o país era de R\$ 0,58 (dados da Aesbe)", afirmava o presidente Dario Mondego.

A confirmação dessas intenções não tardaram a aparecer, após o anúncio do projeto conjunto do governador Garotinho e do prefeito Conde de privatizar os serviços de Saneamento na Barra, Recreio e Jacarepaguá. Depois de analisar o edital de licitação, a ASEAC denunciou à sociedade as intenções e os prejuízos decorrentes dessa decisão, pois a concessão dos serviços na região seria entregue por R\$ 20 milhões por um período de 15 anos, com exigência de investimentos de R\$ 299 milhões na construção do emissário submarino, redes de esgoto, estação de tratamento etc. Ocorre que, somente o faturamento da CEDAE na Barra, em apenas três anos, chegava a R\$ 280 milhões, suficientes para cobrir as necessidades de investimentos previstos. Isso significaria que a empresa seria praticamente doada ao setor privado.

Mas a ASEAC estava presente na audiência pública, realizada no Riocentro, convocada pela secretaria de Obras do município para "discutir com a sociedade" a privatização do Saneamento na Barra, Recreio e Jacarepaguá, e se uniu



O apoio do então presidente da Alerj, Sérgio Cabral, foi fundamental contra a privatização

# Mobilização em Brasília

## Posição firme na discussão da "titularidade" na Câmara

ao protesto generalizado. Na verdade, foi um dia de cão para os cidadãos do Rio de Janeiro e trabalhadores da CEDAE, que tiveram de enfrentar a polícia do então governador Garotinho. Mas disseram, unidos, um sonoro "Não" a Garotinho, exigindo a realização de uma nova audiência e levando, mais tarde, o governador a rever sua decisão.

Em dezembro de 2000, Garotinho desistiu de privatizar CEDAE, determinando a descentralização operacional e administrativa da Companhia. Mas a decisão apenas antecipava uma determinação da Justiça, através do desembargador Walter D'Agostino, do Tribunal de Justiça do Rio, que concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelos advogados Marcelo Cerqueira e Paulo Henrique Teles Fagundes, suspendendo a audiência pública que a prefeitura já declarara válida para o processo licitatório no *Diário Oficial do Município* de 17 de abril.

### Golpe de "fim de festa"

A rápida mobilização da direção da ASEAC e dos sindicatos de trabalhadores junto aos parlamentares fluminenses foi decisiva também para impedir, no início de 2002, a aprovação do projeto de lei nº 2878, de 26 de fevereiro, oriundo de mensagem (13/02) do governador, autorizando, em regime de urgência, o Poder Executivo a incorporar ao patrimônio do Rio Previdência 40% das ações da CEDAE em poder do Estado.

Numa nota oficial conjunta, a ASEAC e os sindicatos denunciavam a atitude de Garotinho, considerada uma nova ameaça flagrante de destruição da CEDAE. A iniciativa encontrou ampla acolhida junto aos deputados, inclusive na própria base de sustentação do governo. O próprio presidente da ALERJ, deputado Sérgio Cabral (PSDB), se dispôs a falar com o governador e, rapidamente, mobilizou o líder do governo, deputado José Távora (PSB), para que intervisse no caso.

Após reunião realizada com diversos sindicalistas, além do presidente e vice-presidente da ASEAC, Dario Mondego, e Paulino Cabral, no dia previsto para a votação da matéria em regime de urgência - 13 de março -, Sérgio Cabral foi taxativo: "Aqui na ALERJ vocês têm a minha garantia de que este projeto não anda". E de fato, acabou derrubado.

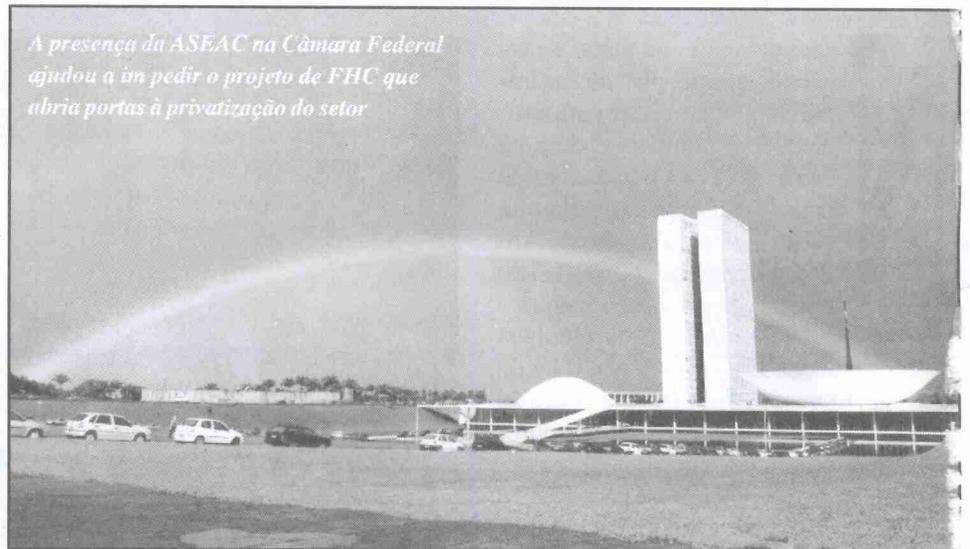
**S**em perder de vista a batalha no Estado, a direção da ASEAC voltou sua artilharia para Brasília, onde o então presidente Fernando Henrique Cardoso se preparava para enviar ao Congresso Nacional, com pedido de urgência urgentíssima, substitutivos a dois projetos de lei definindo marcos regulatórios para o Saneamento Ambiental, na tentativa de derrubar de vez os entraves legais à privatização das empresas do setor.

Para isso, o governo trabalhava na reformulação do Projeto de Lei 266 do ex-Senador José Serra (PSDB-SP), na época ministro da Saúde, que transferia aos estados a titularidade do saneamento nas Regiões Metropolitanas. E também na reformulação do Projeto de Lei Complementar 72/99, do deputado Adolpho Marinho (PSDB/CE). A moeda de troca para aprovar este projeto seria a renegociação da dívida dos estados, que o governo federal vinha articulando, de modo a atender as cláusulas do acordo assinado com o FMI, manobra esta que a Aseac vinha alertando desde o início de 1999.

### Pressão na Câmara

A ASEAC levou sua posição ao debate na Câmara Federal, em defesa da gestão compartilhada e da reestruturação das companhias estaduais de maneira autônoma e independente, a exemplo do modelo adotado pela Sabesp. No dia da votação do projeto de lei PL 4147/01 e seus substitutivos, Dario Mondego e Paulino Cabral estavam firmes no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Como não tinham voz em plenário, os dois diretores da ASEAC distribuíram no recinto da Câmara quatro edições selecionadas dos jornais da entidade, com argumentos que pudessem influir nos debates ou discursos. Foi muito positivo, pois esgotaram-se rapidamente. A bancada de São Paulo, juntamente com a APU (ASEAC paulista), fez um autêntico "arrastão" no material. Um secretário de



*A presença da ASEAC na Câmara Federal ajudou a impedir o projeto de FHC que abria portas à privatização do setor*

Estado de São Paulo, presente à Audiência, chegou a expressar à ASEAC a sua satisfação pelo que leu e parabenizou a entidade pelo material, "que não havia melhor no Plenário".

O resultado foi positivo, pois, em quase todas as oratórias, a gestão compartilhada apregoada pelos técnicos do Rio foi citada. Adiada sine die, a votação acabou não acontecendo no ano seguinte (2002), pois por ser ano político não havia interesse dos parlamentares em votar matéria tão polêmica.

### Eleições 2002, a luta continua!

Já na gestão de Paulino Cabral, eleito em junho de 2002, a ASEAC prestou um relevante serviço aos associados ao publicar entrevistas com os candidatos a go-

vernador do Estado e à presidência da República sobre suas propostas para o setor de saneamento básico. Foram enviadas quatro perguntas iguais aos postulantes ao cargo de Presidente do Brasil: Lula, José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho. Todos responderam. Quanto aos candidatos a governador, até a data do fechamento daquela edição especial (17/09/02), apenas Rosinha Matheus, do PSB, havia respondido às perguntas enviadas aos quatro postulantes que mais se destacavam nas pesquisas.

Mesmo assim, a reportagem do Jornal da ASEAC conseguiu obter declarações de todos os candidatos, hoje fundamentais, para que o setor possa cobrar compromissos dos candidatos eleitos.

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carteiro	

